Os “Rankings” e a Avaliação das Escolas

*Augusto Pascoal**

Nos últimos três anos o Ministério da Educação facultou à comunicação social os “rankings” de acesso ao Ensino Superior e as classificações que os alunos obtiveram nas suas escolas. Tal como nos anos anteriores, vieram a público declarações de responsáveis do Ministério e de diversos intervenientes, sem que nada de novo fosse dito ou feito.

Deste modo, para além da exposição dos resultados e do delírio que estes números sempre provocam, nada ficámos a saber sobre os processos e os bons e maus motivos de tão significativas diferenças, nem tal seria possível.

Antes de tudo, convém referir que o Ensino Secundário convive com duas realidades distintas – o público e o privado.

Para o público, o Secundário constitui um ciclo terminal de estudos. Para a generalidade do privado (excetuando algumas instituições e as escolas profissionais), os 10º, 11º e 12º anos são entendidos no âmbito exclusivo da preparação para o ingresso no Superior. No público, cumprem-se os planos curriculares sem desvios significativos. No privado, encontram-se instituições que proporcionam aulas suplementares para os alunos com mais dificuldades em determinadas matérias, a que correspondem acréscimos às mensalidades inicialmente previstas. No público os alunos têm os mesmos direitos. No privado a que nos referimos, que se dirige a uma população alvo muito restrita, os direitos adicionais, em muitos casos, são proporcionais às possibilidades que as famílias têm de suportar os valores propostos. Admitindo como válidos os pressupostos assinalados, não pode pois comparar-se o incomparável.

No Ensino Secundário, público ou privado, poderemos ter escolas, na mesma localidade, com projetos educativos orientados para finalidades bastante diferentes. É possível encontrar escolas que privilegiam o acesso ao Superior sobre todos os outros aspetos, escolas que dão prioridade à formação global dos seus alunos, que educam para a liberdade, para o sentido de responsabilidade, para a criatividade, para a autonomia, para despertar e desenvolver capacidades, para a solidariedade, para a tolerância e a vivência democráticas, escolas que englobam aquela e estas intenções no quotidiano do seu funcionamento, escolas que não reúnem condições físicas nem possuem equipamentos adequados, escolas bem apetrechadas e com um corpo docente instável, escolas que aparentemente têm tudo para funcionar bem e que não conseguem fazer o trabalho que delas se espera e outras que não possuem as condições nem os recursos materiais desejáveis e que conseguem bons desempenhos, nesses termos reconhecidos pelos alunos e suas famílias, pelos professores

que nelas trabalham, pela comunidade e pela tutela.

Nestes casos, estamos de novo perante a impossibilidade de fazer comparações, porque todas as escolas são diferentes e irrepetíveis. Cada uma funciona como um ecossistema escolar que precisa ser entendido e atendido no que tem de positivo e nas suas insuficiências.

Os "rankings", de novo publicados, poderão ter importância no plano informativo, mas não permitem extrair conclusões, porque cada escola tem o seu projeto educativo e estruturas pedagógicas próprias, que dão dimensão distinta ao seu exercício e aos resultados obtidos, dificilmente expressos apenas em números. Cada escola é uma realidade complexa, apenas interpretável no seu interior, na intimidade e no esoterismo do seu funcionamento, na capacidade de se relacionar e de interagir com os agentes educativos, culturais, socioprofissionais e socioeconómicos envolventes.

Os "rankings" não avaliam escolas. Seria um paradoxo olhar para os resultados obtidos pelos alunos de uma escola e retirar daí ilações quanto à qualidade do seu projeto educativo.

A avaliação das escolas é necessária e indispensável, todavia não se faz, apesar dela se falar muito e com os mais diversos objetivos. É preciso passar das palavras aos atos, debatendo com a comunidade educativa como deve fazer-se e para que deve servir a avaliação das escolas e do desenvolvimento dos seus projetos educativos. Ela poderá ser interna e externa, desde que não tenha fins persecutórios e sirva exclusivamente para identificar os fatores que possam contribuir para o melhor funcionamento de cada escola.

Ao contrário do que sucedeu relativamente ao trabalho desenvolvido neste domínio pela Inspeção Geral de Educação e pelo extinto Instituto de Inovação Educacional, o Ministério da Educação deverá ter em consideração os relatórios de avaliação e corresponder-lhes no que dele depender, disponibilizando os meios necessários. As escolas deverão saber interpretá-los e agir tendo em conta as suas idiossincrasias e os desafios que é preciso enfrentar. O País passará a ter um sistema educativo de melhor qualidade e mais interveniente, o Ministério da Educação e as suas estruturas terão oportunidade de assumir novos e mais interessantes papéis. As escolas deverão partir do princípio de que a avaliação irá permitir que se conheçam melhor a si próprias e que a partir daí perspetivem o que pretendem fazer.

Assim considerada, a avaliação das escolas e dos seus projetos educativos não encontrará resistências e pode constituir-se numa fonte que faculte aos intervenientes no processo ensino-aprendizagem novas e mais seguras formas de articulação tendo por horizonte próximo escolas progressivamente mais motivadas, onde pontifiquem procedimentos pedagógicos participados, capazes de levar mais longe os seus projetos educativos.

* Membro do Conselho Geral do SPGL